

CORREIO
OFFICIAL

19 DE OUTUBRO
DE 1911

CORREIO



OFFICIAL

ESTADO DA PARAHYBA DO NORTE

ANNO XVI

PUBLICADO NA "IMPrensa OFFICIAL"

N. 33

ASSIGNATURAS:—6\$000 por anno começando em qualquer tempo e findando sempre em 31 de Dezembro.

GOVERNO DO ESTADO

ADMINISTRAÇÃO DO EXM^o SENR. DR. JOÃO LOPES MACHADO M. D. PRESIDENTE DO ESTADO.

LEI N. 347, de 11 de Outubro de 1911

Autorisa o Presidente do Estado a conceder seis meses de licença com o ordenado respectivo, ao professor publico da cidade de Souza, cidadão Nabor Meira de Vasconcellos.

Doutor João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.^o Fica o Presidente do Estado autorizado a conceder seis meses de licença, com o ordenado respectivo, ao professor publico da cidade de Souza, cidadão Nabor Meira de Vasconcellos.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911, 23.^o da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 348, de 11 de Outubro de 1911

Autorisa o Presidente do Estado a conceder seis meses de licença, com o ordenado respectivo, ao professor da Escola Normal Conego Francisco de Assis e Albuquerque.

Doutor João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.^o Fica o Presidente do Estado autorizado a conceder seis meses de licença com o respectivo ordenado, ao professor da Escola Normal Conego Francisco de Assis e Albuquerque, alem da que lhe

foi deferida pelo poder executivo de conformidade com a attribuição legal que lhe é facultada.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911, 23.^o da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 349, de 11 de Outubro de 1911

Autorisa o Poder Executivo a aposentar o Snr. Coronel Ignacio Evaristo Monteiro, Secretario de Estado, com os vencimentos que actualmente percebe.

Doutor João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.^o Fica o poder executivo autorizado a aposentar o Snr. Coronel Ignacio Evaristo Monteiro, Secretario de Estado, com os vencimentos que actualmente percebe.

Art. 2.^o Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911—23.^o da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 350, de 11 de Outubro de 1911

Autorisa o Presidente do Estado a reformar, com os vencimentos que actualmente percebe o Major Ajudante de ordens Manoel da Fonseca Milanez Junior.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o poder executivo autorizado a reformar, com os vencimentos que actualmente percebe, o Major Ajudante de ordens Manoel da Fonseca Milanez Junior.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, 11 de Outubro de 1911.—23.º da Proclamação da Republica.

Foi publicada na Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

No impedimento do Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 351, de 11 de Outubro de 1911.

Fixa a força publica do Estado para o anno de 1912.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º A força publica do Estado da Parahyba, no anno de 1912, compor-se-ha de 711 homens inclusive officiaes, constituindo um batalhão com a denominação de Batalhão Policial da Parahyba, dividido em dois estados, maior e menor, tres Companhias e uma companhia isolada, com a denominação de Companhia Policial Isolada da Parahyba, com sede na cidade de Campina Grande, ou onde o exigir a conveniencia de segurança publica.

§ 1.º O estado maior se comporá de um Coronel ou Tenente Coronel Commandante, um Major Fiscal, um Major Ajudante de ordens do Presidente do Estado, um Major aggregado, um Capitão Ajudante, um Capitão medico, um Capitão auditor, um Tenente dentista, um Alferes Secretario, um Alferes Quartel Mestre e um Alferes ensaiador da banda de musica.

§ 2.º O estado menor se comporá de um sargento ajudante, um sargento quartel mestre, um primeiro sargento archivista da secretaria, um segundo sargento corneteiro mór, um mestre de musica, um segundo sargento armeiro, um cabo de esquadra enfermeiro, um cabo corneteiro, um cabo tambor e trinta musicos, sendo oito de primeira classe, nove de segunda, nove de terceira e quatro de pancadaria.

§ 3.º Cada companhia se comporá de um Capitão commandante, um tenente, dois alferes, um primeiro sargento, que servirá de archivista; cinco segundos sargentos, tres terceiros sargentos, doze cabos de esquadra, doze anspeçadas, cento e vinte e tres soldados, tres corneteiros e dois tambores.

Art. 2.º A companhia isolada se comporá de um capitão commandante, um tenente fiscal, tres alferes, exercendo um delles as funcções de quartel mestre e

secretario, um primeiro sargento archivista, cinco segundos sargentos, servindo um delles de amanuense, tres terceiros sargentos, doze cabos de esquadra, um cabo corneteiro, um cabo tambor, doze anspeçadas, cento e vinte e tres soldados, tres corneteiros e dois tambores.

Art. 3.º Os claros serão preenchidos por meio de voluntariado, que se fará por tres annos, sendo porem, o engajamento por dois annos.

Art. 4.º A nomeação do coronel ou tenente coronel commandante é de livre escolha do Presidente do Estado, devendo recahir sobre um official do exercito ou pessoa de reconhecida aptidão.

Art. 5.º A promoção dos diferentes postos do batalhão, se fará sob proposta do commandante, respeitando-se a ordem de acesso em igualdade de merecimento e habilitação.

Art. 6.º O Presidente do Estado demittirá o commandante e os demais officiaes, quando não lhe merecerem confiança e entender que o serviço publico assim o exige.

Art. 7.º A praça que desejar obter baixa de serviço antes de completar o tempo porque se obrigou a servir, indemnizará o fardamento que houver recebido e não esteja vencido.

Art. 8.º Os vencimentos dos officiaes e praças da força publica serão os fixados na tabella annexa.

Art. 9.º Terão direito a 6.ª parte do soldo, alem dos vencimentos, os officiaes e praças de destacamentos volantes em diligencias policiaes no interior do Estado.

§ Unico. Para os offeitos deste direito as diligencias dos taes destacamentos começarão a ser contadas do dia da partida do ponto em que estiverem estacionados.

Art. 10.º Ao alferes ensaiador são asseguradas todas as vantagens dos demais officiaes, com os deveres correspondentes, podendo ser promovido e entrar para o quadro ordinario.

Art. 11.º Fica o Presidente do Estado autorizado.

§ 1.º A diminuir e augmentar o effectivo da força publica, se o exigir a conveniencia do serviço e permittirem as finanças do Estado.

§ 2.º A dar outra organização ao batalhão policial para melhorar a distribuição da força.

§ 3.º Dar regulamento á força publica adaptando-a ao seu verdadeiro destino de gendarmaria, tendo em vista as leis ora em vigor no exercito nacional.

Art. 12.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,

Francisco do Valle Mello.

Director Geral

LEI N. 352, de 11 de Outubro de 1911

Approva a concessão feita ao Governo da União pelo poder executivo do Estado, do terreno necessario na Colonia Puchy, Municipio do Espirito Santo.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica approvada a concessão feita ao Governo da União pelo poder executivo deste Estado, do terreno necessario, na colonia Puchy, Municipio do Espirito Santo, na conformidade do Decreto n.º 502 de 21 de Julho deste anno, para o estabelecimento do campo de demonstração e posto Zootechnico, creados pelo Decreto Federal n.º 2792 de 21 de Junho de 1911.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, 11 de Outubro de 1911.—23 da Proclamação da Republica.

Foi publicada na Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

No impedimento do Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 353, de 11 de Outubro de 1911

Autorisa o Presidente do Estado a aposentar com todos os vencimentos, a professora publica da cidade de Campina Grande, D. Augusta Candida de Farias Leite.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba do Norte:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente do Estado autorizado a aposentar com todos os vencimentos, a professora publica da cidade de Campina Grande, D. Augusta Candida de Farias Leite.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911.—23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada na Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

No impedimento do Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello,

Director Geral.

TABELLA dos vencimentos dos officiaes da força policial do Estado da Parahyba.

OFFICIAES	SOLDO DIARIO	GRATIFICACAO MENSAL	TOTAL
Ten.º C.º Commandante	266\$667	133\$333	400\$000
Major Fiscal	200\$000	100\$000	300\$000
« Ajudante de Ordens	200\$000	100\$000	300\$000
« Excedente	200\$000	100\$000	300\$000
Capitão Ajudante	133\$334	66\$666	200\$000
« Medico	120\$000	60\$000	180\$000
« Auditor	133\$334	66\$666	200\$000
« Commandante de Companhia	120\$000	60\$000	180\$000
Tenente Dentista	106\$666	53\$334	160\$000
Tenente	106\$666	53\$334	160\$000
Alferes Secretario	93\$333	46\$667	140\$000
Alferes Quartel Mestre	93\$333	46\$667	140\$000
Alferes	93\$333	46\$667	140\$000

TABELLA dos vencimentos das praças da força policial do Estado da Parahyba

PRAÇAS	SOLDO DIARIO	GRATIFICACAO DIARIA	TOTAL
Sargento ajudante	2\$000	1\$000	3\$000
Sargento quartel mestre	2\$000	1\$000	3\$000
1.º Sargento archivista	1\$667	\$833	2\$500
2.º Sargento armeiro	1\$600	\$800	2\$400
2.º » corneteiro mór	1\$600	\$800	2\$400
Mestre de musica	2\$000	1\$000	3\$000
Musico de 1.ª classe	1\$667	\$833	2\$500
« 2.ª	1\$600	\$800	2\$400
« 3.ª	1\$534	\$766	2\$300
« pancadaria	1\$467	\$733	2\$200
Cabo de esquadra enfermeiro	1\$200	\$600	1\$800
« » corneteiro	1\$200	\$600	1\$800
« » tambor	1\$200	\$600	1\$800
1.º Sargento	1\$667	\$833	2\$500
2.º	1\$600	\$800	2\$400
3.º	1\$534	\$766	2\$300
Cabo de esquadra	1\$200	\$600	1\$800
Anspeçada, soldado e tambor	1\$067	\$533	1\$600
Corneteiro	1\$200	\$600	1\$800

OBSERVAÇÕES

1.º Aos officiaes promovidos será feito o abono de tres meses de soldo para fardamento e armamento.

Este adiantamento será indemnizado por desconto mensal da sexta parte do soldo.

2.º Igual adiantamento se fará de dois em dois annos nas mesmas condições.

3.º As praças e inferiores arranchados concorrerão para o rancho com a quantia correspondente ao valor de uma etapa que fica fixada em 800 réis.

A importancia dessas etapas será descontada dos respectivos vencimentos.

4.º As praças presas por qualquer motivo, sem fazer serviço, perderão a gratificação; e, sendo arranchadas, ficam sujeitas ao disposto em o numero anterior.

5.º Será abonada a verba mensal de 150\$000 para despesas do expediente do batalhão e companhias.

6.º Ao Commandante do batalhão, major fiscal e capitão ajudante, será abonada a diaria de 1\$600 réis, para forrageamento de suas montadas.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, 11 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

DATA INCORRETA

LEI N. 354, de 11 de Outubro de 1911

Autorisa o Presidente do Estado a mandar construir estradas de rodagem e convergentes em diversas localidades do Estado.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente do Estado autorizado a mandar construir:

a) uma estrada de rodagem de penetração apropriada a automoveis, ligando as Villas de Teixeira e Taperoá á cidade de Campina Grande, segundo o traçado mais conveniente, technico e economico.

b) estradas convergentes para esta, nas mesmas condições, servindo as localidades que ficarem proximas á via principal;

c) outra estrada de igual natureza e que, partindo do melhor porto marítimo de Mamanguape, sirva a esta localidade e vá encontrar, no ponto mais conveniente, a estrada Great Western B. R.

Art. 2.º A construcção poderá ser feita administrativamente ou por contracto.

Art. 3.º Em qualquer dos casos o governo fica tambem autorizado a mandar fazer os estudos de reconhecimento e exploração e o orçamento de cada serviço.

§ Unico. Estes estudos e orçamentos servirão de base ao procedimento posterior do Governo para a execução dos trabalhos.

Art. 4.º Os trabalhos, quer de exploração e estudos, quer de execução, a que se referem os artigos e paragrapho anteriores, começarão de preferencia pela estrada de penetração de Campina Grande a Taperoá.

Art. 5.º Fica igualmente o poder executivo autorizado a abrir o credito necessario para execução dos mesmos serviços.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, 11 de Outubro de 1911.—23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 355 de 11 de Outubro de 1911.

Autorisa o Presidente do Estado a mandar contar, para todos os efeitos legais, doze annos de serviço publico federal, ao 1.º escriptuario da Recebedoria de Rendas, Neophyto Fernandes Bonavides.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba do Norte:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente do Estado autorizado a mandar contar, para todos os efeitos legais, doze annos de serviço publico federal, ao 1.º escriptuario da Recebedoria de Rendas, Neophyto Fernandes Bonavides.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba em 11 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada na Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,
Francisco do Valle Mello
Director Geral.

LEI N. 356, de 11 de Outubro de 1911.

Autorisa o Presidente do Estado a mandar contar, para todos os efeitos legais ao Sr. Augusto Gomes e Silva, Administrador da Recebedoria de Rendas, trinta annos e tres e meio mezes de serviços.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente do Estado autorizado a mandar contar, para todos os efeitos legais, ao Sr. Augusto Gomes e Silva, Administrador da Recebedoria de Rendas, trinta annos e tres e meio mezes de serviços prestados ao Estado, em varios cargos publicos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 357, de 11 de Outubro de 1911.

Marca o subsidio de cada Deputado na legislatura de 1912 a 1915.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º O subsidio de cada Deputado na legislatura de 1912 a 1915, será de vinte mil reis diários.

Art. 2.º A título de ajuda de custo perceberá tambem cada Deputado, a quantia de trezentos mil reis,

por sessão annual ordinaria ou extraordinaria.

§ Unico. Occorrendo adiamento, por mais de trinta dias, de qualquer sessão, cujos trabalhos hajam sido installados, comprehende-se nova reunião para os efeitos deste artigo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 358, de 11 de Outubro de 1911.

Autorisa o Poder Executivo a conceder um anno de licença com ordenado respectivo, ao Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder um anno de licença com ordenado respectivo, ao Juiz de Direito da Comarca de Campina Grande, bacharel José Domingues Porto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 11 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 11 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello.

Director Geral.

LEI N. 359, de 14 de Outubro de 1911

Marca a reunião da Assembléa Legislativa do Estado para o quadriennio de 1912 a 1915.

Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba:

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º A reunião da Assembléa Legislativa deste Estado, durante o quadriennio de 1912 a 1915, terá lugar no dia primeiro de Março de cada anno.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario. Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contém.

O Secretario de Estado a faça publicar, imprimir e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 14 de Outubro de 1911, 23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 14 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado, Francisco do Valle Mello,

Director Geral.

LEI N. 360, de 14 de Outubro de 1911

Autorisa o Presidente do Estado a reformar a instrucção publica do Estado.

O Dr. João Lopes Machado, Presidente do Estado da Parahyba.

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa do mesmo Estado decretou e eu sancionei a lei seguinte:

Art. 1.º Fica o Presidente do Estado autorizado a reformar a instrucção publica, de accordo com as disposições desta lei.

Art. 2.º O ensino publico do Estado será leigo e gratuito, e dividir-se-á em primario, profissional, normal e secundario.

Art. 3.º O ensino primario divide-se em publico, e particular, devendo aquelle ser ministrado pelo Estado e pelas municipalidades, e este por particulares ou associações.

Art. 4.º No territorio do Estado é completamente livre aos particulares o ensino de qualquer grau, ficando apenas sujeito á fiscalisação do governo no que diz respeito á hygiene, moralidade e estatística.

Art. 5.º O ensino primario estadual será ministrado em escolas isoladas e grupos escolares, distribuidos de accordo com a população escolar e conveniencia do bem publico.

Art. 6.º O ensino publico primario deverá abranger a educação intellectual, moral e physica dos alumnos.

Art. 7.º O ensino primario estadual comprehenderá um curso elementar e outro complementar.

§ Unico. Será de quatro annos o curso completo, sendo trez de ensino elementar e um de ensino complementar.

Art. 8.º Cada grupo escolar terá, alem de um professor para cada escola, um director, incumbido de sua superintendencia administrativa e technica, e um porteiro.

§ Unico. O cargo de director do grupo poderá ser exercido por um dos professores do mesmo, que terá alem de seus vencimentos de professor, uma gratificação.

Art. 9.º Os grupos escolares serão de preferencia estabelecidas nas sedes de municipio e especialmente naquelles que concorrerem com predio e material escolar convenientes.

Art. 10.º O governo estabelecerá a fiscalisação technica do ensino primario, dividindo o Estado em tantas circumscripções escolares quantas forem necessarias para que essa fiscalisação seja proficua.

Art. 11.º Alem do Conselho Superior de Instrucção Publica na capital, será creado em cada municipio um Conselho Escolar.

Art. 12.º As escolas primarias estadoaes, isoladas ou agrupadas, serão divididas em trez entrancias.

§ Unico. Serão de 1.ª entrancia as de villas e povoações; de 2.ª as de cidades do interior, e de 3.ª entrancia as da Capital.

Art. 13.º Fica estabelecido o concurso para o provimento das cadeiras de 1.ª entrancia e o acesso para as de entrancia superior.

Art. 14.º O governo poderá nomear adjunto de professor para a escola que contar frequência superior a 45 alumnos.

Art. 15.º O ensino profissional será dado em aulas annexas aos grupos escolares, as quaes o governo fará funcionar desde que o permitam as condições financeiras do Estado.

Art. 16.º O ensino normal, que terá por fim preparar a capacidade profissional dos que se destinam á carreira do magisterio primario continuará a obedecer á organização dada pelo regulamento a que se refere o decreto n.º 431 de 14 de Fevereiro de 1910, com as modificações que o governo julgar convenientes.

Art. 17.º O ensino secundario ou fundamental será ministrado no Lyceu Parahybano, e terá por fim proporcionar uma cultura geral de caracter essencialmente pratico, applicavel a todas as exigencias da vida e diffundir o ensino das sciencias e das letras.

Art. 18.º Na reorganização que for praticada no Lyceu Parahybano, será instituido um curso commercial com as cadeiras que forem necessarias.

Art. 19.º Fica estabelecido um fundo escolar, exclusivamente destinado á aquisição de livros e outros objectos, para serem distribuidos aos alumnos reconhecidamente pobres das escolas publicas.

§ Unico. O fundo escolar será constituido:

1.º Da taxa de mil reis por matricula de alumno nas escolas primarias, que não for reconhecidamente pobre;

2.º Das gratificações descontadas por licenças ou faltas dos funcionarios do ensino de qualquer grau, quando não as perceberem os substitutos;

3.º Dos emolumentos cobrados pelo registro de diplomas e certificados conferidos pelos estabelecimentos de ensino publico do Estado.

4.º Dos emolumentos e direitos por nomeações, remoções, permuta de cadeiras e licenças dos funcionarios do ensino publico de qualquer grau.

5.º Das multas e descontos nos vencimentos por infracções dos regulamentos da instrucção publica;

6.º Dos emolumentos e sellos devidos por actos concernentes á instrucção publica, não expressamente designados neste artigo.

7.º Das verbas especiaes votadas pelo poder executivo;

8.º Dos donativos ou legados feitos em beneficio da instrucção publica.

Art. 20.º Os vencimentos dos funcionarios do ensino e dos de sua administração serão fixados pelo Presidente do Estado nos regulamentos que expedir para a execução desta lei.

Art. 21 Fica o Presidente do Estado autorizado:

I A abrir os creditos necessarios para a execução da presente lei;

II A jubilar, aposentar e pôr em disponibilidade qualquer funcionario do magisterio e da administração do ensino publico, si julgar conveniente para a boa execução da reforma a realizar, garantidos os direitos adquiridos.

Art. 22.º Revogam-se as disposições em contrario.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da precente lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella se contem.

O Secretario de Estado a faça imprimir, publicar e correr.

Palacio do Governo do Estado da Parahyba, em 14 de Outubro de 1911—23.º da Proclamação da Republica.

DR. JOÃO LOPES MACHADO.

Foi publicada nesta Secretaria de Estado, em 14 de Outubro de 1911.

Servindo de Secretario de Estado,

Francisco do Valle Mello,
Director Geral.

Expediente do Governo do dia 29 de Setembro de 1911.

Portarias:

O Presidente do Estado, resolve exonerar, a pedido, o bacharel Manoel Tavares Cavalcante, de lente vitalicio da cadeira de Litteratura do Lyceu Parahybano.

Deu-se sciencia ao Director do Lyceu Parahybano.

Igual:

O Presidente do Estado, resolve exonerar a pedido, o bacharel Manoel Tavares Cavalcante, do lugar de professor de Pedagogia e Moral da Escola Normal.

Deu-se sciencia ao Director Geral da Instrucção Publica e Escola Normal.

Officios:

Ao Exm. Sr. Governador do Estado de Sergipe.

Tenho a honra de agradecer a V. Exc.ª o offerecimento que fiz-me de um exemplar impresso da Mensagem que enviou á Assembléa Legislativa desse Estado, por occasião da abertura solemne da 2.ª sessão ordinaria da 1.ª legislatura, em 7 do corrente mez.

Agradeço e retribuo a V. Exc.ª os protestos de estima e apreço, que dignou-se de apresentar-me no citado officio.

Ao Illustre cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar á inclusa folha do pessoal occupado no serviço do abastecimento d'agua desta capital, durante a quinzena de 15 a 28 de Setembro corrente, na importância total de 5:150\$300 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento de accordo com as ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que providencieis no sentido de ser lavrada a escriptura de compra que faz este governo ao Cidadão Ubaldo Cesar de Olinda Campello e sua mulher, da casa de sua propriedade, sito a rua da Palmeira desta cidade, sob n. 21, pela quantia de 5:000\$000 de reis, devendo ser dita escriptura lavrada pelo tabellião Maximiano Aureliano Monteiro da Franca e assignada pelo dr. Procurador Fiscal, como representantes deste mesmo governo.

Ao Illustre Cidadão Juiz Municipal Supplente em exercicio do termo de Umbuseiro.

Em resposta ao vosso officio datado de 15 do corrente mez, sobre o pedido de extradição de diversos individuos que se acham pronunciados por esse juizo nas penas do artigo 304 § unico doCodigo Penal, declaro-vos que, de accordo com o Decreto Federal n. 39 de 30 de Janeiro de 1892, deveis juntar os documen-

tos de que trata o referido Decreto, afim de poder este governo expedir as necessarias ordens.

Expediente do governo do dia 30 de Setembro de 1911.

Officios:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças entregar ao dr. Clemente Rosas, a quantia de 7:592\$740 reis, afim de recolher a repartição d'Alfandega, para pagamento de 5.º de expediente, 10.º additionaes e 2.º curso, em um despacho de 250 volumes, contendo materiaes para o Abastecimento d'Agua desta capital, vindo no vapor inglez Matador, entrado em 16 do corrente mez.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar á inclusa folha dos operarios que se acham em serviço no proprio Estadual, sito a rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 24 a presente data, na importância total de 474\$600 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar á inclusa folha dos operarios que se achão em serviço do calçamento da rua das Trincheiras desta cidade, durante a semana de 25 a presente data, na importância total de 367\$200 reis, devendo ser effectuado o respectivo pagamento, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Expediente do Secretario de Estado.

Ao Illustre cidadão Director Geral da Instrucção Publica e da Escola Normal.

S. Exc.ª o Sr. Presidente do Estado, vos manda comunicar para os fins convenientes, que o adjunto da 1.ª cadeira do sexo masculino da capital, cidadão Eutiquio de Albuquerque Autran Filho, continua em comissão deste Governo, fora do Estado, por tempo indeterminado.

Expediente do governo do dia 2 de Outubro de 1911.

Officios:

Ao Illustre Cidadão Inspector do Thesouro.

Recommendo-vos que faças pagar á inclusa folha do pessoal que se acha em serviço da estrada de rodagem da cidade de Alagoa Grande a Areia, durante a quinzena de 2 a 15 de Setembro findo, na importância total de 9:263\$805 reis, inclusas (2) duas contas, devendo ser effectuado o respectivo pagamen-

to, nos termos das ordens existentes nessa repartição.

Ao mesmo:

Recommendo-vos que faças pagar ao engenheiro Victor Kromenacker, a quantia de 200\$000 mil reis, proveniente da diaria do mesmo engenheiro, durante 14 dias do mez de Setembro findo, despesas diversas com a sua mudança e diaria do mestre carpinteiro, durante quatro dias, para orçar a madeira para diversas pontes, conforme vereis da nota que junto remetto.

Expediente do Secretario de Estado.

Remetto-vos, para os fins convenientes, o incluso extracto do ponto dos empregados desta repartição, relativo ao mez de Setembro findo.

Expediente do governo do dia 3 de Outubro de 1911.

Portaria:

O Presidente do Estado, tendo em vista o officio do Commandante do Batalhão Policial, datado de 28 de Setembro findo, sob n. 914, resolve nomear os officiaes do mesmo batalhão, Tenente Raymundo Ladislau da Silva e Antonio Severiano Cavalcante e o Alferes Camillo Ribeiro dos Santos, para comporem o conselho de investigação a que tem de responder o cabo d'esquadra Calixto Feliciano de Lima e o soldado Joaquim Simão, por ter deixado evadir-se no trajecto de Pernambuco a esta capital, o soldado desertor do referido Batalhão e pronunciado na comarca de Alagoa do Monteiro, Manoel Felix de Souza, que vinha sob sua guarda.

Remetteu-se ao Commandante do Batalhão Policial para os devidos fins.

Ao mesmo:

Expediente do Secretario de Estado.

Ao Illustre Cidadão Chefe da 1.ª Secção da repartição Geral de Estatística da Capital Federal.

De ordem de S. Exc.ª o Sr. Presidente do Estado, vos remetto a inclusa collecção de Leis e Decretos deste Estado, do anno de 1909, deixando de ser remetida a de 1910, por não se achar ainda colleccionada, conforme solicitaste do mesmo Exm.º Sr. em officio datado de 23 de Setembro findo, sob n. 2870. S. Exc.ª manda agradecer as seguranças e distinctas considerações que dignastes apresentar-lhe.

Ao Exm.º Sr. Director interino da Bibliotheca e Archivo Publico do Estado do Pará.

Tenho a honra de accusar o recebimento d'officio de V. Exc.ª, datado de 19 de Setembro findo,

Estatutos

DA

A Predial Beneficente

TITULO I

Da organização e fins

Art. 1.º Com o titulo—A Predial Beneficente—fica constituida uma sociedade beneficente com o fim de tornar cada um de seus associados proprietario de uma ou mais casas por meio da cooperação, com sede e foro nesta capital do Estado da Parahyba.

Art. 2.º O numero de socios é illimitado, dividido porem em grupos de 200 associados, os quaes por sua vez se subdividirão em series. Esses grupos se distinguem pela ordem numerica; e as series pela ordem alfabetica.

Art. 3.º Para organização de cada grupo será observado o seguinte:

§ 1.º No grupo n. 1 de casas no valor de 2:500\$000, o socio concorrerá com a joia de 25\$000, em duas prestações; a contribuição ou quota mensal de 5\$000; e a amortisação mensal do predio de 25\$000, quando o houver por sorteio.

§ 2.º No grupo n. 2, de casas no valor de 5:000\$000, o socio concorrerá com a joia de 50\$000, em duas prestações; a contribuição ou quota mensal de 10\$000; e a amortisação mensal do predio de 50\$000, quando o houver por sorteio.

§ 3.º No grupo n. 3, de casas no valor de 10:000\$000, o socio concorrerá com a joia de 100\$000, paga em duas prestações; a contribuição ou quota mensal de 20\$000; e a amortisação mensal do predio de 80\$000, quando o o houver por sorteio.

§ 4.º O funcionamento de um grupo começará um mez depois de sua organização.

Art. 4 A construção dos predios começará seis mezes depois da completa organização e funcionamento dos grupos.

Art. 5. Cada grupo completará os seus designios no decurso de dez annos, salvo força maior.

Art. 6. A Sociedade construirá predios de accordo com a engenharia-sanitaria e architectura moderna.

Art. 7 A edificação será feita de preferencia em terrenos vagos do perimetro urbano e suburbano da capital ou das localidades do interior, mediante accordo com a directoria.

TITULO II

DAS INSCRIPÇÕES

Art. 8 Poderão se associar todas as pessoas emancipadas, no goso de seus direitos, e as não emancipadas. As inscripções to-

mas para os menores terão os nomes destes e os de seus pais ou das pessoas que sobre ellas exerçam qualquer autoridade, responsabilizando-se por elles.

Art. 9. E' facultado ao associado tomar uma ou mais inscripções, assumindo os direitos e deveres relativos a cada uma.

Art. 10. O candidato a socio no acto de cada inscripção depositará uma prestação da joia relativa ao grupo, a que vai pertencer e pagará a outra trinta dias depois.

TITULO III

DOS SOCIOS

Art. 11. São direitos dos socios:

§ 1.º Receber um predio no valor correspondente de cada inscripção que mantiver.

§ 2.º Transferir, quitar ou liquidar a sua inscripção, ou adquirir outras, nas condições estipuladas por essa lei.

§ 3.º Substituir-se pela sua viuva ou herdeiros, quando fallecer, em todos os direitos e deveres sociaes.

§ 4.º Fiscalisar as construcções e os sorteios, reclamando contra as irregularidades.

§ 5.º Representar contra os infractores das leis sociaes.

§ 6.º Tomar parte nas assembleas geraes, votar e ser votado, tendo porem em qualquer hypothese um voto.

Art. 12 São deveres dos socios:

§ 1.º Pagar annualmente uma quota de 10\$000, dividida em duas prestações, uma no primeiro mez do anno e a segunda no mez de julho.

§ 2.º Pagar mensalmente e enquanto não for sorteado a contribuição ou quota do grupo a que pertencer.

§ 3.º Pagar, depois do sorteio, durante o usufructo do predio que lhe for sorteado e no decurso de cada mez a correspondente amortisação, a titulo de aluguel.

§ 4.º Zelar o predio do seu usufructo, avisando a directoria de qualquer estrago que o mesmo soffrer.

§ 5.º Sujeitar-se a inspecção do predio feita pelos fiscaes em epocas opportunas.

§ 6.º Observar e respeitar os Estatutos e instrucções da directoria.

Art. 13 O eliminado se readmittirá, pagando as contribuições, quotas e multas que dever no tempo de sua eliminação.

Art. 14. Se occorrer o fallecimento de um socio, os seus representantes legitimos ficarão subrogados em todos os seus direitos e deveres.

Art. 15. O socio será passivel das penas de multa, suspensão e eliminação: de multa quando

não pagar as quotas e mais contribuições nos prazos estipulados; de suspensão dentro dos outros prazos; e de eliminação depois de esgotados os prazos concedidos á satisfação de seus compromissos.

Art. 16. As multas serão devidas na razão de 20 % nos meses seguintes aos dos primeiros prazos; na de 40 % no terceiro; e na de 60 % no quarto; ficando suspensos os seus direitos no quarto mez, e sendo a eliminação decretada no primeiro dia do quinto mez.

Art. 17. É facultado o socio fazer adiantamentos de contribuições, ou quotas, maiores de que as estipuladas, assim como ao usufructuario é permittido remir o predio sob proposta e accordo com a directoria.

Art. 18. A pessoa, a quem for transferida uma caderneta e respectiva inscripção, não entrará no gozo dos direitos sociaes, sem que prove ter pago a taxa do registro equivalente a 50 % sobre a joia ou sobre a amortisação, si for usufructuario do predio.

Art. 19. O locatario ou usufructuario de um predio que o damnificar ficará obrigado pelas despesas do reparo, pagos em prestações mensaes de 20 % sobre a respectiva amortisação.

TITULO IV

DOS SORTEIOS

Art. 20. A distribuição dos predios será effectuada por meio de sorteio de accordo com a loteria federal designada previamente pela directoria, ou por outro meio previamente combinado e annuciado.

§ unico. O sorteio precederá a construcção do predio, do qual o sorteado entrará no usufructo seis mezes depois, e, dahi em diante pagará tambem a renda ou foro annual do terreno em que o predio estiver localizado, si a sociedade não adquirir terrenos sem onus.

Art. 21. O locador usufructuario do predio só terá o seu titulo de proprietario depois do pagamento de todas as amortisações e contribuições.

TITULO V

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 22. A Predial Beneficente será administrada por uma directoria composta de um presidente, um secretario e um thesoureiro, e de um Conselho Fiscal composto de tres membros, eleitos em assembléa geral. O mandato da directoria é de cinco annos.

Art. 23. Compete a directoria: § 1º Executar e fazer executar as leis sociaes e as deliberações legaes das assembléas.

§ 2º Representar a Sociedade judicial e extra-judicialmente.

§ 3º Apresentar no primeiro mez de cada anno o relatório e o balanço do anterior.

§ 4º Contractar construcções de predios, ou fazer os administrativamente.

§ 5º Nomear e remunerar os empregados que se fizerem necessários á gestão da sociedade.

Art. 24. Ao presidente compete: § 1º Convocar e presidir ás sessões da assembléa geral e da directoria.

§ 2º Autorisar pagamentos.

Art. 25. Ao secretario compete: § 1º Assignar todas as correspondencias

§ 2º Ter sob sua fiscalisação o archivo.

§ 3º Inspeccionar e dirigir a escripturação.

§ 4º Fazer parte da mesa da assembléa geral.

Art. 26. Ao thesoureiro compete: § 1º Ter em guarda os dinheiros da sociedade.

§ 2º Ter sob sua guarda todos os documentos e titulos que representarem valores.

§ 3º Effectuar os pagamentos autorizados pelo Presidente.

§ 4º Ter um empregado de sua confiança e por sua responsabilidade para fazer o recebimento diario de contribuições e amortisações.

§ 5º Prestar fiança de dez contos de réis.

Art. 27. Ao Conselho Fiscal compete:

§ 1º Fiscalisar as construcções e o movimento financeiro.

§ 2º Inspeccionar os predios locados pelos usufructuarios, reclamando a directoria contra a falta de asseio e deteriorações verificadas.

§ 3º Dar parecer sob a gestão social.

§ 4º Representar contra quaesquer infracções das leis sociaes.

Art. 28. As substituições interinas se farão por eleição dos directores e fiscaes conjunctamente, e as definitivas por eleição da Assembléa Geral.

TITULO VI

DA ASSEMBLÉA GERAL

Art. 29. A Assembléa Geral compete tomar conhecimento da gestão da Sociedade.

Art. 30. A Assembléa Geral se constituirá com a presença de cem socios na primeira convocação, e de qualquer numero na segunda.

Art. 31. As sessões para eleição da Directoria e Conselho Fiscal terão lugar trinta dias, pelo menos, antes da posse dos novos eleitos e serão por escrutinio secreto. A posse dos novos eleitos se effectuará com qual-

quer numero de socios e no dia primeiro de Janeiro.

TITULO VII

DO MOVIMENTO FINANCEIRO

Art. 32. A receita procede:

§ 1º Das joias de inscripção

§ 2º Das Contribuições e amortisações mensaes.

§ 3º De residuos, taxas de transferencia, venda de cadernetas, multas, etc.

Art. 33. O producto das contribuições e amortisações e metade das joias serão exclusivamente applicadas em edificações.

Art. 34. As despesas da administração e expediente serão deduzidas do activo social.

TITULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAES

Art. 35. O anno social coincidirá com o anno civil.

Art. 36. O socio que extraviar as cadernetas fornecidas pela sociedade, adquirirá outra pelo valor de 5\$000.

Art. 37. A Sociedade construirá annualmente, para cada grupo, tantas casas quantas comportarem o activo de cada um.

Art. 38. O adquirente do predio poderá entrar em accordo com a Directoria e renunciar ao predio que lhe tocou por sorteio, para obter outro do mesmo valor, com accomodações diferentes do typo fixado pela sociedade para cada grupo, sujeitando-se a fazer um accrescimo de 30 % sobre a amortisação, e as despesas da planta do novo predio.

Art. 39. A Sociedade por intermedio de sua directoria adquirirá por compra ou aforamento terrenos para edificação.

Art. 40. As prestações ou os predios a que têm direito os socios ou seus herdeiros, não poderão ser apprehendidos para pagamento de quaesquer dividas.

Art. 41. Os associados não responderão pelas obrigações contrahidas pelos representantes da sociedade.

Art. 42. Deduzida a importancia das despesas do expediente e de empregados, terão os directores, quando em exercicio, sobre o fundo disponivel, quatro quotas e os fiscaes, uma quota, tudo a titulo de gratificação.

Art. 43. Estando completo cada grupo, poderá a directoria organizar outra serie do mesmo.

Art. 44. Esta Sociedade não poderá ser dissolvida enquanto não cumprir os seus designios.

Art. 45. Publicados e registrados estes Estatutos considerarsa desde logo fundada esta Sociedade, e installada quando a

preenchido o numero de um grupo.

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS

Art. 1º O primeiro anno social terminará a 31 de Dezembro de 1912.

Art. 2º O mandato da primeira directoria terminará em 31 de Dezembro de 1922.

Art. 3º A primeira Directoria fica desde já constituída com os Srs. Dr. José Ferreira de Novaes — Presidente; Dr. Matheus Augusto de Oliveira — Secretario; Coronel Joaquim Leobino Fiuza Lima — Thesoureiro; e o Conselho Fiscal com os Snrs. Tenente Coronel Francisco Coutinho de Lima e Moura, Joaquim Guimarães d'Oliveira Lima e João Peixoto de Vasconcellos.

Parahyba 12 de Outubro de 1911.

José Ferreira de Novaes
Matheus Augusto de Oliveira
Joaquim Leobino Fiuza Lima
João Peixoto de Vasconcellos
Francisco Fernandes Pacote
João Luiz Ribeiro de Moraes
Rodolpho Alipio de Andrade
Espinola
Manoel Antonio de Andrade
Pinto
João Rodrigues Coriolano de
Medeiros
Francisco Coutinho de Lima e
Moura
Elvidio de Andrade
Joaquim d'Araujo Filho
Dona Alexandrina de Azevedo
Mello
D.ª Maria Amalia Augusta
Beltrão
Eduardo Cunha
José Eugenio Lins d'Albuquerque
José Luiz do Rego Luna
D. Maria Cirne Fiuza
Pedro Serafim
Joaquim Guimarães d'Oliveira
Lima
José Nunes Ferreira
Dr. José de Souza Maciel
Antonio Francisco da Costa
Filho
Diogenes Penna
Romulo Rubens Cavalcante
de Avelar
Romulo Pachêco.

CLINICA MEDICO-CIRURGICA DO

Dr. Cavalcante Lapa

ESPECIALISTA EM MOLESTIAS INTERNAS

Residencia—Alagôa Grande.

CONS. DIARIAS N'ESSA CIDADE

Accetta chamados para fora
MEDICO OPERADOR